

I - TRANÇAS DO PODER, DANÇAS DOS LETRADOS: A INFATIGÁVEL TAREFA DE FREAR A LÍNGUA¹

João Wanderley Geraldi²

RESUMO: Neste texto procuro relacionar as situações políticas nacionais com as atitudes dos letrados brasileiros em relação à diferenças linguísticas. Surpreendentemente, parece haver uma constante oscilação da cidade letrada: quando vivemos situações políticas de estado de direito, com a distribuição do exercício do poder que chama para seus quadros o mundo letrado, há um acirramento do preconceito linguístico; quando vivemos estados de exceção, ao contrário, os letrados aproximam-se do povo e de seus modos de falar.

PALAVRAS-CHAVES: Variação linguística; preconceito; linguagem e poder

ABSTRACT: This text aims at relating the situation of the national policies with the literate Brazilian attitudes towards the language differences. Surprisingly, it seems that there is a constant oscillation of the literate city: whereas we face political situations of the social state of rights with the distribution of the exercise of power which summons the literate world, there is a reinforcement of language prejudice; whereas we live in a state of exception, on the contrary, the literate individuals bring the people and their ways of speaking together.

KEY-WORD: language variation; prejudice; language and power.

¹ Texto reescrito a partir de palestra proferida no VIII Fórum de Estudos Lingüísticos, Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 18.11.05, de que uma primeira versão escrita foi publicada, sob o título A infatigável tarefa de frear a língua in. Moura, Denilda. Desafios da língua. Maceió: Editora da UFAL, 2008; e do texto Notas Sobre a Exclusão da Língua Geral e a Introdução da Língua Portuguesa, publicado in: Kohlrausch, Regina (org) A linguagem descobrindo mundos. Erechim : EdIFAPES, 2001.

² Possui graduação em LETRAS pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, graduação em CIENCIAS JURIDICAS E SOCIAIS pela Universidade Federal de Santa Maria , mestrado em LINGUISTICA; doutorado em LINGUISTICA; livre-docência em Análise do Discurso e Professor Titular, pela Universidade Estadual de Campinas.

Nesse momento de caos e perda, a língua é permeável a outras razões, deixa-se mestiçar e torna-se mais fecunda. A língua é, só então, viagem viajada, namorada de outras vozes e outros tempos.
(Mia Couto, 2004)

Construir o novo

A modernidade, período histórico que talvez estejamos a fechar, nasce no turbilhão de perdas e conquistas, de caos e de imposição de ordenamentos, num *continuum* de acontecimentos que se encadeiam e encontram raízes em tempos distantes e se projetam para o futuro, ao contrário das implicações que as delimitações cronológicas deixam inferir. No bojo destes acontecimentos e práticas que, perdurando se modificam, encontramos um aspecto essencial da vida humana que nunca deixou de ser objeto de preocupação: a linguagem.

Não escapou aos historiadores o fato de que a preocupação com a linguagem marca, desde o início, a modernidade³. Talvez esta preocupação seja um de seus signos. Não vou aqui retomar um conjunto de elementos que poderiam ser trazidos à consideração para defender este ponto de vista. Retomo, tão somente, elementos esparsos para ir delineando o caminho que pretendo seguir nesta reflexão a propósito das relações entre o poder e as letras, de que suponho seja possível extrair algum ensinamento de uma de nossas marcas culturais.

Retomemos o passado para encontrarmos duas linhas de pensamento que se entrecruzam em nossa cultura. No que se refere às línguas, uma das características da modernidade é a elevação das línguas vernáculas à categoria de línguas 'verdadeiras', de pleno direito capazes de expressar uma cultura. Ao mesmo tempo, como se sabe, a Renascença é também um retorno às

³ Obviamente estou aqui falando da modernidade tal como a concebemos na cultura eurocêntrica em que estamos mergulhados.

obras clássicas, à releitura dos autores gregos e latinos (por influência também, ao menos no que concerne à Península Ibérica, da cultura moura!). Quer dizer, há uma duplicidade constante neste processo: renasce o latim, nascem os vernáculos. O primeiro continuará, por muito tempo ainda, a ser a língua da ciência e da filosofia bem posta; os segundos, depois de já há muito tempo estarem na boca do povo e na pena dos trovadores, aparecerão nas práticas de governo e na arte literária.

A título de exemplos deste movimento nos começos, lembremos:

1. Rabelais vai encontrar nas histórias contadas da cultura popular o material com que imortalizará Gargantua e Pantagruel: cada evento narrado retoma raízes dos contos populares, dos modos de circulação da ficção oral. A carnavalesação como prática encontra eco na literatura escrita, que a incorpora e a faz circular também nas formas distantes da escrita⁴;

2. Dois séculos antes, Dante se faz acompanhar por Virgílio, seu guia, para encontrar, no que descreve, não aquilo que a Igreja e seus intelectuais disseram sobre a vida pós-morte, mas o como estas afirmações foram compreendidas e como circulavam entre a plebe: medos e terrores concretizados nos castigos hierarquizados nos diferentes degraus do inferno⁵;

3. Cervantes constrói um personagem leitor: romances de cavalaria, amor cortesão, feitos heróicos reduzidos à luta contra moinhos de vento. D. Quixote, escudeiro ao lado, é o nobre cavaleiro visto e narrado não pela nobreza mas pela voz popular que encontra na genialidade do escritor suas formas de imortalidade.

Nos três exemplos, uma relação constante, um trânsito entre o popular e o erudito; entre um passado glorificado e práticas sociais deslizantes, não oficiais, próprias da praça pública, visíveis, expostas e não reconhecidas. Não são tempos heróicos, são tempos de mudança. A literatura se abriu às línguas

⁴ Para a análise do contexto de Rabelais, ver Bakhtin (1987)

⁵ A propósito dos diferentes infernos e da 'síntese dantesca' do inferno popular e o do inferno teológico, consultar Minois (1997), cuja história dos infernos mostra como a construção medieval é tributária das formas pagãs de concepção de inferno. Somente com Tomaz de Aquino o inferno teológico ganhou a configuração conhecida e reconhecida pela Igreja. Mas a produção dos teólogos não foi – e nem é – a única fonte inspiradora dos pregadores que se sucedem ao longo dos séculos e que retornam hoje através das igrejas pentecostais.

vernáculos, mas nem por isso deixou de manter seu diálogo com o passado. Os clássicos não desapareceram, foram relidos, alguns ressuscitados em sentidos que a seriedade medieval proibira. Foi preciso abandonar os cânones vigentes no pensamento intelectual da época, sobretudo eclesiástico, para que o novo encontrasse fórmulas de seu próprio fabrico. E este fabrico não parece ter sido obra do que hoje chamaríamos gabinetes e laboratórios afastados da vida, mas ao contrário, obra da aproximação entre o mundo da vida e o mundo da cultura⁶.

Gostaria de ressaltar, desde já, este aspecto do destemor: a afirmação do vernáculo, se exigiu um giro, uma guinada para se enxergar o que visivelmente estava em fermentação, não produziu como seu efeito o silêncio das línguas clássicas e das obras clássicas, mas suas novas compreensões. Seus sentidos ressuscitados não abafam nem silenciam a modernidade que se gesta, nem as nacionalidades que se afirmam, entre outras coisas pelo reconhecimento das línguas que falam e com que se significam.

Mas se podemos encontrar nas práticas sociais – e artísticas – esta aceitação de um caos lingüístico, uma desordem reconhecível na língua, a assunção destes vernáculos como o veículo de exercício da administração e do poder produzirá, como reverso da desordem, os sacerdotes da ordem: os gramáticos.

Muito rapidamente, já nos fins do Século XV e na primeira metade do Século XVI as variedades lingüísticas escritas e associadas ao poder central dos estados passam a ter suas gramáticas escritas, num estudo que toma as línguas vernáculos – os vulgares – como objeto de descrição (obviamente sob os moldes das gramáticas das línguas clássicas, o grego e o latim). Não é por acaso: a corrida para as conquistas coloniais e a concorrência entre Espanha e Portugal justificavam o investimento. Já na Gramática de Antonio de Nebrija (1492) encontra-se como justificativa de existência da primeira gramática da língua espanhola – e a primeira de uma língua que não fosse o latim ou o grego – a utilidade da sistematização gramatical para a difusão da língua entre os povos “bárbaros”:

⁶ Suponho que esta afirmação valha não só para a arte literária de então, mas também para o pensamento científico que começa a encontrar seus caminhos na contramão da fé e da teologia.

A língua sempre acompanhou a dominação e a seguiu, de tal modo que juntas começaram, juntas cresceram, juntas floresceram e, afinal, sua queda foi comum (Nebrija, apud Gnerre, 1985:13).

Também Fernão de Oliveira menciona na introdução de sua Gramática de 1536 a expansão colonial portuguesa como justificativa de existência. E João de Barros, cuja gramática é de 1539, escreveu em seu Diálogo em Louvor de nossa Linguagem que

as armas e padrões portugueses [...] materiais são e pode-os o tempo gastar, pero não gastará a doutrina, costumes e a linguagem que os Portugueses nestas terras deixaram". (apud. Gnerre, op.cit., p.14)

Creio haver nestas práticas sociais de reflexões sobre a língua um movimento de dupla direção: de um lado, uma aproximação dos modos de falar popular, do historicamente gestado num longo processo de tempo, não porque repentinamente aqueles que detinham o poder – a aristocracia e a Igreja - resolveram, por algum passe de mágica, assumir outras relações, mas porque uma mudança qualitativa das relações se impôs como conseqüência do desenvolvimento geral. A reunificação do nem tão sacro império deixava de povoar a imaginação dos homens europeus.

O desenvolvimento do comércio, das artes e dos ofícios impôs outros tempos, e não por acaso outras línguas. Outros pactos. Outros futuros. De outro lado, a conseqüência do reconhecimento de uma nova língua, ainda em desordem, torna-a instrumento de exercício de um outro e novo poder. Ela se torna língua oficial. E produz os seus outros: o que é reconhecido⁷, e o que não é reconhecido⁸.

⁷ A mudança radical que representou o surgimento da modernidade não matou a cultura que lhe antecedeu. Simplesmente passou a produzir uma nova cultura. E aquela cultura que se expressou no passado numa língua agora fora de uso foi muito rapidamente traduzida para as mais diferentes línguas 'vulgares' e continuou influenciando nossos modos de sermos homens: ninguém duvida que vivemos numa cultura greco-latina-judaico-cristã, embora não falemos nem grego nem latim.

⁸ O não reconhecido é representado pelos falares populares não incorporados nas primeiras descrições das línguas vernaculares: aquilo que os gramáticos corrigiram com base na sua reflexão sustentada pelas gramáticas grega e latina.

Conquistar é dizimar a diferença

Embora os primeiros gramáticos, tanto espanhóis quanto portugueses, tivessem consciência do significado da aquisição da língua da metrópole pelos novos povos das novas terras, o que de fato aconteceu, especificamente em “terras portuguesas”, não correspondeu à imediata implantação da língua portuguesa entre os nativos.

As necessidades de contato – e mesmo de exploração, porque sem que haja comunicação é impossível a dominação – e as variadas línguas aqui faladas possibilitaram o surgimento de no mínimo duas línguas de contato reconhecidas. A primeira delas, com base no tronco Tupi comum a várias línguas faladas na costa brasileira foi sistematizada especialmente pelos jesuítas, particularmente José de Anchieta em sua *Arte da Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. A segunda é a língua geral do Grão-Pará, objeto primeiro da proibição do *Diretório dos Índios* de 1758 (conforme capa do original reimpressa em Rosário, 1995).

É interessante notar duas passagens do que diz o Padre Manuel da Penha do Rosário⁹, nas *Questões Apologéticas*, em sua defesa diante da Inquisição por usar a língua geral, porque elas demonstram que seu uso era comum:

Questão 1

Em que língua deve o pároco instruir aos índios que a sua direção espiritual estão cometidos?

[...]

4. E se diz que com brevidade e facilidade de sermão selhes pregue, como o farão os párocos em a língua portuguesa, sendo ela, além de não sabida e entendida, e, por isso mesmo, obscurantíssima paa eles, tão longa e tão difícil, que por isso, quando a falam os que de algum modo a sabem pronunciar, a pronunciam mal e truncadamente, o que também sucede ainda

⁹ Membro da Ordem das Mercês, português, exerceu funções sacerdotais no Convento dos Mercedários de Belém e em outras localidades, tendo falecido em 1790. Pereira da Silva demonstrou em seu trabalho que ele foi o autor das *Questões Apologéticas* (Pereira da Silva, Introdução a *Questões Apologéticas*, 1995:XIX)

aos homens brancos estrangeiros, sejam ou não sejam civilizados?!

Questão 3

Se, depois dos santos apóstolos, outros quaisquer têm instruído paroquialmente aos índios com a mesma liberdade de línguas?

[...]

12. E neste tempo em que tanto deseja e mui santamente se empenha o nosso Fidelíssimo Monarca a que saibam e se-lhes ensine o português em escolas públicas, assinando prêmios aos mestres, porque o não sabem, nem para isso há mestres nem escolas. Os párocos que entendem claramente a língua em que eles falam vulgarmente e sabem pregar, nela os instruem, como eu tenho visto e ouvido em várias povoações. E com muita razão; porque, de outra sorte, como poderão aproveitar aos índios as doutrinas que eles não entenderem como as da língua portuguesa, deles ignorada tanto que, por isso, os diretores, ainda apertando-os o *Diretório*, em o § 6, a que de nenhum modo consintam usar de outra língua que não seja a portuguesa, nesta lhes não falam em suas direções, senão em a deles, ou per si, ou por intérpretes? E o mesmo sucede aos seus ministros reais, como ainda neste presente ano presenciêi.

As **línguas gerais** prevaleciam entre os moradores da terra – os nativos, os provenientes do continente europeu (colonizadores) ou os escravos provenientes da África. O predomínio pode ser comprovado em inúmeras passagens, entre outras aquela relativamente a sua proibição em instrução emanada do gabinete do Marquês de Pombal, em que se diz que os primeiros conquistadores só cuidaram de aqui estabelecer o que chamamos língua geral, *invenção verdadeiramente abominável e diabólica*. Citando Daphne C. Carvalho, escreve Magda Soares:

Em meados do século XVII, o padre Antônio Vieira [...] afirmava, com relação à população de São Paulo: “as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligadas hoje humas às outras que as mulheres e os filhos se criam mystica e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala he a dos índios, e a portugueza a vão os meninos aprender à escola. (Soares, 1996:11)

A expulsão dos jesuítas e as reformas pombalinas no ensino da metrópole e das colônias constituem-se em passos

essenciais para o “apagamento” da experiência primeira de constituição destas duas línguas – ainda que viessem marcadas pelo processo de exclusão daquelas línguas indígenas que não eram a “boa língua”- NHEENGATU – disciplinada pelos jesuítas. Certamente com um olhar contemporâneo, considerando a importância da linguagem na constituição das subjetividades, pode-se aquilatar a importância tanto do empreendimento de construção da **língua geral**, quanto da magnitude da empresa portuguesa de bani-la da vida cotidiana da colônia.

A preocupação com este “banimento” já aparece no início do Século XVIII (1701), pois El-Rei recomenda ao governador geral do Brasil a obrigação de os missionários ensinarem o português aos índios. Mas é somente cinquenta anos depois, com a política lingüística do Marquês de Pombal que a língua geral começa a perder terreno. São significativas as palavras do § 6 do *Diretório dos Índios*:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indispensável, que este é um meio dos mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes e ter mostrado a experiência que, ao mesmo passo que se introduz neles o uso da língua do príncipe, que os conquistou se-lhes radica também o afeto e a veneração e a obediência ao mesmo príncipe. Observando, pois, todas as nações polidas do mundo este prudente e sólido sistema nesta conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidavam os primeiros conquistadores, estabelecer nele o uso da língua que chamavam geral, invenção verdadeiramente abominável e diabólica, para que, privados os índios de todos aqueles meios que só podiam civilizar, permanecessem na rústica e bárbara sujeição em que até agora se conservavam. Para desterrar este perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos diretores estabelecer, nas suas respectivas povoações, o uso da língua portuguesa, *não consentindo, por modo algum, que os meninos e [as] meninas que pertencerem às escolas e todos aqueles índios que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas nações, ou da chamada geral, mas unicamente da portuguesa, na forma que Sua Majestade tem recomendado, em repetidas ordens, que até agora se não observaram, com total ruína espiritual e temporal do Estado.*

(§ 6 do *Diretório dos Índios*, citado pelo Padre Manuel da Penha do Rosário em suas *Questões Apologéticas*).

Como constata Silva Neto (apud Fonseca, 1997), a realidade lingüística até o Século XVIII era a seguinte:

- a) a língua geral, além de falada pelos índios, era falada por grande parte da população;
- b) o português, falado pelos brancos e seus descendentes;
- c) o crioulo ou semicrioulo, adaptação do português no uso de mestiços, aborígenes e negros;
- d) as línguas africanas, faladas nos quilombos ou por negros ainda não aportuguesados.

A segunda metade do Século XVIII, com a proibição do uso das **línguas gerais**, com a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa no ensino das demais “disciplinas” (lembramos que o ensino jesuítico ainda era em latim!) e com a expansão do domínio português aparelhando-se paulatinamente o sistema estatal – especialmente para o controle e coleta dos pesados impostos que levam à revolta mineira do final do século – o português vai-se tornando a língua predominante na Colônia, de modo que a vinda da Família Real no início do século seguinte vai consolidar a reafirmação da língua portuguesa e a implantação da cultura europeia entre nós.

No poder e fora do poder: as danças dos letrados

Tudo indica que a reflexão sobre a língua, que começa a se produzir já nos começos da modernidade, rapidamente esquece o potencial de inovação que os vulgares poderiam representar em relação aos ordenamentos e às regras. Ao contrário, nenhum tempo de liberdade é admissível em matéria de língua: há sempre que encontrar normas, fixar o movimento para garantir não se sabe bem o quê, mas garantir a correção que somente tem existência pela construção de seu outro, o erro. Aquilo que foi ‘o latim errado’ rapidamente se faz regra a ordenar o dizer e o como dizer. O poder não sobrevive ao riso, à desordem, à variação. Ele se exerce pela ordem. Em termos de língua, pela ‘empoderamento’ de um dos modos de dizer – aquele da elite de plantão – como o único correto, a fim de produzir os silenciamentos não só de outros modos de dizer, mas também de dizeres outros.

Certamente a dependência e o convívio das reflexões

sobre a língua com o poder produziram o que Rama (1985) chamará de um ‘anel em torno do poder’: o mundo letrado. E neste mundo letrado, um traço cultural, português e brasileiro, é a importância dada aos estudos gramaticais. Note-se, por exemplo, a notícia que nos dá, não sem uma ponta de “orgulho”, Jeronymo Soares Barbosa, na Introdução, datada de 1803, de sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1801):

Portugal conheceu grammaticas portuguezas ainda antes que outras nações civilizadas tivessem uma na sua lingua. Quando Ramos em 1572 publicou a primeira grammatica da lingua franceza, já Portugal tinha a de Fernão d’Oliveira dada á luz em 1536, e a de João de Barros em 1539. Estas foram seguidas do Methodo Grammatical de Amaro de Roboredo, impresso em Lisboa em 1619, da Grammatica do P. Bento Pereira, em Lyão, no de 1672, da de D. Jeronymo Contador d’Argote, em Lisboa 1721, e finalmente da de Antonio José dos Reis Lobato, em 1771. (Jeronymo Soares Barbosa, *Grammatica Phisolophica da Lingua Portugueza*, 5a. edição, 1871: XII)

Consideremos muito brevemente alguns momentos marcantes das relações entre a reflexão sobre a língua e o exercício do poder no Brasil. Cada um dos tópicos a que estarei remetendo a seguir mereceria um tratamento específico e eles são aqui ‘listados’ muito mais para registrar uma reflexão possível que parece conduzir à conclusão de que, na cultura brasileira, aquele segmento que representa a cultura letrada, a cultura bem posta, próxima ao poder, tem mantido ao longo de nossa história uma relação ambígua com os falantes da língua: aproximam-se deles e de seus modos de dizer quando são distanciados do exercício do poder; reconciliados com o poder e com seu exercício, estão entre os primeiros a defender a correção do dizer e dos modos de dizer da população ‘inculta’, ‘ignara’, das ruas e dos muros¹⁰.

1. Entre nós, somente em meados do Século XIX a questão da “língua brasileira” – note-se que a **língua geral** não é tratada como “língua brasileira” – surge como polêmica. O romantismo indigenista vai protagonizar o debate, e José de

¹⁰ Recentemente Caetano Veloso protagonizou um episódio típico destes modos de ser da elite intelectual. Revolucionário nas canções, fazendo inclusive críticas a alguns preconceitos, mostrou-se ele mesmo preconceituoso ao chamar o Presidente Lula de analfabeto.

Alencar emblematicamente realizará o gesto de aproximação com os modos populares de fala: dirá que cabe ao povo criar a língua e ao escritor burilar estas criações segundo o gênio da língua, para as introduzir na língua, para torná-las parte da língua, isto é, aceitáveis gramaticalmente. Estamos no Império! A 'cidade das letras' há que prestar vassalagem ao poder de que está, também ela própria, destituída. Nada como uma certa distância do lugar do poder para enxergar o mundo exterior onde a criação do novo acontece.

2. Destituído o imperador, terminados os primeiros tempos de condução militar autoritária da nova República, iniciamos o Século XX com um estado de direito, supostamente democrático, mas em todo o caso respeitando uma lei de distribuição dos modos de exercer o poder. Em termos da língua, parece-me que o fato emblemático que encontraremos neste período será o debate entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, ambos lídimos representantes da cultura letrada. Tratar-se-á de dispor de um Código Civil expresso com escorreita correção gramatical. Quase não importa discutir que os direitos são poucos; importa que vírgulas e pontos-e-vírgulas estejam gramaticalmente perfeitos. Também é neste período que a imprensa brasileira abre espaço para as colunas sobre a língua e se instaura em nossa cultura um traço inequívoco: toda a política lingüística postula uma modalidade única, não só entre Brasil e Portugal, mas entre todos os brasileiros, com uma gramática única e uma 'luta' acirrada contra as variações até de pronúncia. (Soares, 1996:5)

Consideremos apenas um exemplo. Nos primeiros anos do Século XIX, o jornalista e escritor Paulino de Brito sustentou polêmica com o gramático português Cândido de Figueiredo. O primeiro escreveu crônicas no jornal *Província do Pará* criticando regras de colocação de pronomes expressas nas *Lições Práticas* (1901) do segundo. As respostas de Cândido de Figueiredo, publicadas no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*, foram organizadas na obra "*O problema da colocação de Pronomes (Suplemento às Gramáticas Portuguesas)*", cuja 5ª edição é de 1928, sob o selo da Livraria Clássica Editora, de A. M. Teixeira & Ca. Filhos, Praça dos Restauradores, 17 – Lisboa, com uma

introdução de Gonçalves Viana, "Juízo Crítico", extraído do Diário de Notícias de Lisboa, de 11 de abril de 1909.

Defendia o português a próclise do pronome; Brito defendia a ênclise. O enunciado estopim foi

"Um soneto pediste-me, criança"

que, segundo o português, somente poderia ser, em bom português,

"Um soneto me pediste" ou "Pediste-me um soneto".

Em uma de suas crônicas, reproduzidas na obra, o gramático português traz vasto material comprobatório da prática de bons escritores portugueses e brasileiros, poetas e prosadores. Escreve

Assegura o sr. Paulino de Brito que as regras por mim preconizadas "perturbaram profundamente a posse mansa, pacífica e imemorial de colocar os pronomes..." na sua nação; e que pus em debandada os que usavam dos pronomes á maneira dos bons escritores brasileiros, como Gonçalves Dias, etc.. Sucede, porém, o contrário, exactamente. [...]

Na demonstração desta segunda parte da minha tese, poderia eu recorrer aos primeiros escritores brasileiros do século findo, e citar, por exemplo, Tomás António Gonzaga, que, na sua Marília, usa destas maneiras:

- De que te queixas?

E não: *de que queixas-te?*

- Mal se move e mal se arrasta.

E não: *mal move-se...*

- Encheu-se de gôsto o peito.

E não: *se encheu de gôsto o peito.*

[...]

Deste exemplo, uma lição a extrair quase cem anos depois: o uso – e neste uso incluem-se bons escritores – consagrou a próclise, cada vez mais comum inclusive no início de enunciados, donde se pode concluir que apesar dos esforços normativos, em matéria de linguagem o que vem a acontecer independe da vontade legisferante de gramáticos e professores.

3. "Me dá um cigarro" vão repetir os modernistas. E eis uma nova abertura às formas populares de dizer. E não só às formas. Havia no ar a necessidade de fundar uma nacionalidade e uma nacionalidade não se funda sem uma língua assumida como própria. Os modernistas irão buscar as raízes de nossa

cultura. Mário de Andrade vai aos rincões em busca de nossas raízes musicais. O mito Cobra Norato é transformado em epopéia por Raul Bopp. No modernismo, a cidade das letras encontra seu povo. Se lembrarmos que a modernidade nasceu sob o signo de um olhar para o exterior do mundo letrado de então, talvez o modernismo venha ainda a ser recuperado como os primeiros balbucios do que estamos hoje chamando de pós-modernidade.

4. O projeto sonhado de uma democracia moderna descamba na ditadura de 1930. Vargas e Filinto Müller. A inteligência brasileira é alijada do poder. A alguns, salva Capanema. A outros, ninguém salva. Aprofunda-se a relação entre os intelectuais e seu povo. Macunaíma. O Departamento de Cultura do município de São Paulo constrói suas bibliotecas. O espírito da Gramatiquinha de Mário de Andrade, anterior à ditadura, circula e faz adeptos. O modernismo encontra adeptos também em cidades do interior: Flávio de Carvalho.

5. Redemocratização de 1945. Constituinte de 1946. Até o PCB tem deputado constituinte: Prestes. Inicia-se um período de democracia formal e de renovações econômicas e culturais. Mas em termos de língua reencontra-se a necessidade de corrigir (ou fazer calar). São deste período as gramáticas ainda hoje editadas (exceção feita à Gramática de Rocha Lima, um pouco anterior): Napoleão Mendes de Almeida, Celso Cunha, Celso Luft, Almeida Torres, Said Ali, entre outros. A um período de democracia (formal, é verdade) corresponde novamente um período de 'arrocho' gramatical. Exceção: Carlos Drummond de Andrade, ainda que seus trabalhos desta época sejam gramaticalmente corretos. A geração de escritores desta época inovou em temas, em cânones literários, mas manteve a correção gramatical, exceto pela introdução de elementos lexicais na literatura regionalista.

6. Os períodos de democracia formal no Século XX são curtos: Golpe militar de 1964. Ditadura, certamente a mais negra ditadura do século (e esperamos seja a última de nossa história). A televisão começa a cobrir o território nacional: a cultura de massas começa a corroer a cultura popular. Chacrinha comanda

a massa: quem não se comunica se trumbica! Na reforma da educação – Lei 5692/71 - até a disciplina Língua Portuguesa desaparece. Comunicação e Expressão. Liberdade lingüística; prisão política. Espantos com a ‘incapacidade’ de expressão escrita dos brasileiros: o aumento da rede pública de ensino de primeiro grau foi uma façanha talvez somente possível, para os quadros das nossas ‘cidades letradas’, num tempo de ditadura: se os oito anos de escolarização obrigatória não tivessem sido impostos, até hoje a ‘cidade letrada’ estaria discutindo sua viabilidade em face da suposta qualidade a se perder¹¹. A expansão da rede de escolas e do tempo de escolaridade traz para a cidade letrada aqueles que nunca foram convidados: invasão! O ensino superior se interioriza. As universidades – inclusive alguns sacrários da ‘cidade das letras’ – são tomadas de assalto (a USP, por exemplo). Escândalo, na voz deles, os letrados. Para nós, o escândalo é pensar que a população teve que esperar ‘isso’ – a ditadura – para ter algum acesso ao mundo da cultura escrita.

7. Nova República: redemocratização. Ambiente cultural já outro. Em 1985 o Presidente da República nomeia Comissão para estudar diretrizes para o ensino da língua portuguesa. Preocupação constante! Que se há de fazer: a população foi às ruas pelas Diretas-já. Agora já põe as mãos para fora das mangas, e a língua se movimenta dentro da boca! E ainda não é para comer; é para falar... Há que calar. Espera-se uma reação da ‘cidade letrada’ envergonhada com as formas de dizer até mesmo de alguns de seus professores universitários... Acontece que ‘aconteceu a Lingüística’. A introdução dos estudos lingüísticos no ensino universitário brasileiro se dá na primeira metade dos anos 1960. E o programa moderno, que se inaugura numa leitura de Saussure, ofereceu-nos a possibilidade do estudo rigoroso de um objeto que se fechou em si mesmo – a língua. Em conseqüência, inspirada numa vontade de verdade científica, a Lingüística se associou às metodologias próprias das ciências duras, especialmente a matemática e, mais recentemente, a neurologia. Há aí um peso científico irrecusável para o pensamento moderno.

¹¹ Há quantos anos discute-se a elevação de oito para nove anos do ensino básico! Até agora, ainda não há obrigatoriedade de 9 anos de escolaridade e apenas algumas redes de ensino implementaram esta elevação de apenas um ano!

A redemocratização se inicia sem que se possa, na cidade das letras, esquecer esta intrusa que veio em nome da ciência. E qual o seu pecado original? Ter dado ao falante da língua a autoridade sobre a qual fundar qualquer afirmação sobre a língua! Em um estudo ainda a ser realizado, talvez se deva a esta ‘cientificidade’ externa da Lingüística o que aconteceu em termos de ‘diretrizes’ para o ensino de Língua Portuguesa entre nós, quer no documento elaborado pela Comissão de 1985, quer nas inúmeras propostas curriculares estaduais, quer na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais. A perspectiva lingüística que subjaz a estes documentos faz, pela primeira vez, se aproximarem democracia política e democracia lingüística. Isto certamente no nível das declarações, porque no nível das ações, as reações aos falares populares estão mais do que presentes. Certamente os novos vigias de plantão são os jornalistas.

8. Chegamos aos dias atuais. Pelos indícios que pipocam de vários lugares, podemos perceber que um movimento de recrudescimento da correção gramatical está em gestação! Ou se não, vejamos: (a) o sucesso de Pasquale Neto com suas ‘dicas’ do bem dizer através da televisão; (b) o retorno das crônicas jornalistas a propósito da forma correta de se dizer o que se quer dizer (aliás, espírito presente em nossos computadores que sublinham em vermelho e verde o que escrevemos, obrigando-nos a uma padronização insuportável); (c) a reclamação dos estudantes de letras a propósito dos cursos que baseiam suas reflexões sobre a língua em estudos lingüísticos – são jovens e por isso têm maior sensibilidade ao que lhes é exigido pelo ‘mercado’¹²; (d) a proliferação das ‘franquias’ dos métodos, incluídos instrumentos e conteúdos, de cursinhos antes apenas pré-vestibulares e agora ‘orientadores’ efetivos dos processos de ensino pelos brasis afora, uniformizando e ignorando as diferenças regionais e locais: a língua há de ser uma e apenas uma de suas inúmeras variedades.

¹² Marinalva Vieira Barbosa (2004), em pesquisa realizada em três universidades, constatou que a maioria absoluta dos alunos dos cursos de Letras cujos currículos beneficiam os estudos lingüísticos em prejuízo dos estudos gramaticais tradicionais terminam o curso insatisfeitos pelo fato de não terem ‘aprendido’ português, isto é, não terem aprendido as descrições tradicionais e as regras que permitiriam o exercício da correção gramatical sem qualquer dúvida a propósito de como se deve dizer.

Que estes indícios estão apontando? Nada mais do que um recrudescimento das exigências de correção gramatical, o que também pode ser traduzido como maior exigência de silêncios da população que ‘não sabe falar corretamente’. É preciso afastar os perigos para que tudo, mudando, permaneça como sempre foi: que a norma definida pelos modos de falar de uma minoria se imponha como razões para silenciar uma maioria.

Em nossa prática histórica, a maioria apenas importou quando se tornou necessária para reabrir os caminhos do exercício do poder compartilhado pelos membros da ‘cidade letrada’. Conquistado este objetivo, salvos raros momentos de nossa história, não interessa mais ouvir as vozes que falam ‘errado’, de forma ‘grosseira’; a casa grande volta a ter ouvidos sensíveis, a corte não resiste ao assédio do populacho. É preciso que ele aprenda a falar, para depois falar.

Neste momento, creio que estamos sendo chamados a nos posicionarmos em relação a estes acontecimentos recentes, até porque eles são uma das facetas de uma situação mais ampla, ao estilo daquela que viveram aqueles que ajudaram a construir a modernidade. A manutenção do silêncio – em nome da correção – e a manutenção da ordem – em nome da globalização e da hegemonia de um pensamento único – são os dois lados de uma mesma moeda. Entre a tarefa infatigável de frear a língua e a liberdade, opto pela segunda.

Por fim, retorno ao escritor com que abri este texto, Mia Couto, para com ele dizer:

Da minha língua materna eu aspiro esse momento em que ela se desidioma, convertendo-se num corpo sem mando de estrutura ou de regra. O que quero é esse desmaio gramatical, em que o português perde todos os sentidos. (Mia Couto, 2004)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Jerônimo Soares. **Grammatica Phisolophica da Língua Portuguesa**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 5a. edição, 1871.

BARBOSA, Marinalva Vieira. **Entre o sim e o não, a permanência**

– o discurso do graduando em Letras sobre o ensino da língua materna. Dissertação de mestrado em Lingüística, IEL/Unicamp, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento.** *O contexto de François Rabelais.* São Paulo : Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

COUTO, Mia. “Luso-Afonias – a lusofonia entre Viagens e Crimes”. *Questão*, número 1. Faro, Universidade do Algarve, 2004. Republicado in. Couto, Mia. **E se Obama fosse africano? E outras intervenções.** Lisboa : Editorial Caminho, 2009.

FIGUEIREDO, Cândido. **O problema da colocação de Pronomes (Suplemento às Gramáticas Portuguesas)** Lisboa: Livraria Clássica Editora, de A. M. Teixeira & Ca. Filhos, 5ª edição, 1928

FONSECA, Maria Nilma Góis. **Ensino de Língua Portuguesa: Ecos de um discurso.** Dissertação de mestrado em Educação, UFSE, 1997.

GERALDI, João Wanderley. “Notas sobre a exclusão da língua geral e a introdução da língua portuguesa” in. Kohlrausch, Regina (org) **A linguagem descobrindo mundos.** Erechim: EdiFAPES, 2001.

GNERRE, Maurízzio. **Linguagem, Escrita e Poder.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.

MINOIS, Georges. **História dos Infernos.** Lisboa: Teorema, 1997

RAMA, Angel. **A cidade das letras.** São Paulo : Brasiliense, 1985.

ROSÁRIO, Pe. Manuel da Penha do. **Língua e Inquisição no Brasil de Pombal 1773.** Introdução e notas do Prof. José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1995.

SOARES, Magda. “Português na escola: história de uma disciplina curricular” **Revista de Educação da AEC**, vol. 101, out/dez 1996.